



“TEU NOME QUE É MEU INIMIGO”: O POLÍTICO E A PARTILHA DO SENSÍVEL NO NOME EM *ROMEU E JULIETA*, DE SHAKESPEARE

“THY NAME THAT IS MY ENEMY”: THE POLITICAL AND THE DISTRIBUTION OF THE SENSIBLE REGARDING NAMES IN SHAKESPEARE'S *ROMEO AND JULIET*

Joyce Mattos¹

Resumo: Inscrevendo-nos em uma semântica enunciativa materialista, tendo em conta princípios da Análise de Discurso (AD) francesa, neste artigo contrastamos os sentidos de nome enunciados por uma personagem de *Romeu e Julieta* (1597), de Shakespeare, com a conceitualização de nome proposta por Guimarães (2002). A fim de apreender o funcionamento do nome próprio de pessoa dentro do mundo da peça, mobilizamos pressupostos materialistas sobre enunciação e sentido conforme desenvolvidos por Pêcheux ([1975] 1995), Guimarães (1989) e Orlandi (1990, [1999] 2007). Para além, buscamos pensar a nomeação em seu caráter político de partilha do sensível, na elaboração de Rancière (2000), cuja teoria em certa medida comparte, com a Semântica do Acontecimento de Guimarães, dos mesmos pressupostos materialistas sobre enunciação e sentido. O objetivo foi, a partir da combinação de tais formulações teóricas, ponderar a pergunta e a afirmação postas nos versos: “Que há num nome? Aquilo a que chamamos rosa / Teria o mesmo perfume se chamada por qualquer outro nome” – estes são dizeres da personagem Julieta, que quer o nome da personagem Romeu um rótulo vazio. Concluímos que, de um ponto de vista materialista histórico, o nome muda, sim, a rosa, já que Romeu, tendo sido nomeado Romeu (seu nome) e designado um Montéquio (seu sobrenome) ao nascer, se constituiria, inevitavelmente, parte de uma história hostil como membro de uma família inimiga à de Julieta (designada uma Capuleto). Não obstante a paixão que entorpece o olhar dos amantes, o político e a relação de confronto persistem, e o comum partilhado no sensível entre todos aqueles que participam da contenda entre as famílias tem implicações não só na esfera da intimidade dos dois jovens apaixonados, como também no âmbito da Verona shakespeariana, cidade em que se passa a peça.

Palavras-chave: nome; semântica enunciativa; análise de discurso.

Abstract: From the standpoint of a materialistic enunciation semantics, taking into account some principles from French discourse analysis, this article aimed to contrast the meanings of name per a character in Shakespeare's *Romeo and Juliet* (1597) with the conceptualization of name per Guimarães (2002). In order to understand how proper names of people function within the play's fictional world, I relied on materialistic assumptions about enunciation and meaning as developed by Pêcheux ([1975] 1995), Guimarães (1989) and Orlandi (1990, [1999] 2007). Furthermore, I sought to contemplate name bestowal in its political aspect as related to Rancière's (2000) concept of distribution of the sensible, which, to a certain degree, partakes of the same materialistic assumptions about enunciation and meaning that can be found in Guimarães' Event Semantics theory. The goal was, based on the combination of these theoretical propositions, to ponder on the question and statement posed in the following verses: “What's in a name? that which we call a rose / By any other name would smell as sweet” – these are words spoken by Juliet, the character, who purports that the name of the character of Romeo is but an empty label. I concluded, from the point of view of historical materialism, that the name does indeed change the rose, as Romeo, having had that name bestowed upon him (his name) and having been designated a Montague (his surname)

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. joycemattos@gmail.com

Agradeço à Sheila Elias de Oliveira por me encorajar a publicar este texto. Agradeço aos dois pareceristas anônimos pelos comentários.

at birth, would inevitably become part of a hostile history as a member of a family which antagonizes the family of Juliet (who is designated a Capulet, her surname). In spite of the passion that enraptures the lovers and their perceptions of each other, the conflict and the political aspect inherent to this conflict keep on, and that which is imparted through the distribution of the sensible among all those who take part in the rivalry between families has consequences not only within the young lovers' sphere of intimacy, but also within the public sphere of Shakespeare's fictional city of Verona, wherein the play takes place.

Keywords: name; enunciation semantics; discourse analysis.

Nomes são tudo. Jamais me desentendo com ações. Meu único desentendimento é com as palavras.
Oscar Wilde – O Retrato de Dorian Gray

1. ENTRAM ROMEU E JULIETA, AO ALTO, NA JANELA

A cena mais famosa da peça *Romeu e Julieta* (1597), de William Shakespeare, coloca a pergunta e a afirmação seculares, enunciadas por Julieta, a personagem: “Que há num nome? Aquilo a que chamamos rosa / Teria o mesmo perfume se chamada por qualquer outro nome”² – de uma perspectiva materialista histórica, no entanto, isto não poderia ser, já que colocar em evidência a formulação do nome no texto ficcional (ou não-ficcional) exige considerar a *rosa* e seu perfume dentro das condições de produção do discurso em que aparecem. Qualquer nome não pode designar qualquer coisa, assim como um nome não existe por si só; é atribuído, enunciado num tempo e num espaço por aqueles que tomam parte no comum da experiência sensível (nos termos de Rancière). É partindo deste ponto de vista que, para discutir os sentidos dos enunciados de Julieta, que quer o nome de seu amado Romeu apenas um rótulo, buscaremos ancoragem em elaborações teóricas de Pêcheux ([1975] 1995), Guimarães (1989, 2002, 2014, 2016), Orlandi (1990, [1999] 2007) e Rancière (2000), autores que nos possibilitam compreender o nome como embebido de historicidade, do político e de algo que, no sensível, é partilhado. Posto isso, observamos que a pergunta e a afirmação cernes de nosso artigo se encontram na Cena II do Ato II de *Romeu e Julieta* e, para nossos fins neste texto, apresentaremos, na seção de análise, apenas o trecho que as contém, trecho esse que constituirá nosso corpus.

Antes de mais nada, contextualizando, cabe resumir rapidamente o enredo de *Romeu e Julieta*, conhecida obra de dramaturgia inglesa do período elisabetano. Shakespeare o faz em seu prólogo; como de praxe na arte do épico, de antemão o desenlace é conhecido de todos, e a primeira fala da peça, depositada nos múltiplos lábios do coro, apresenta-se como segue, na tradução de Barbara Heliodora ([1597] 2011, p. 13):

Prólogo

(Entra o Coro.)

CORO

Duas casas, iguais em seu valor,
Em Verona, que a nossa cena ostenta,
Brigam de novo, com velho rancor,

² “What's in a name? that which we call a rose / By any other name would smell as sweet”. Com exceção do prólogo, as demais traduções de *Romeu e Julieta* constantes deste artigo são nossas, feitas a partir do texto disponível no repositório online The Complete Works of William Shakespeare, mantido pelo Massachusetts Institute of Technology, que nos remete, na página de sumário da peça, à seguinte edição: SHAKESPEARE, William. **Romeo and Juliet**. The Arden Shakespeare. Edited by Brian Gibbons. London: Methuen, 1980.

Pondo guerra civil em mão sangrenta.
Dos fatais ventres desses inimigos
Nasce, com má estrela, um par de amantes,
Cuja derrota em trágicos perigos
Com sua morte enterra a luta de antes.
A triste história desse amor marcado
E de seus pais o ódio permanente,
Só com a morte dos filhos terminado,
Duas horas em cena está presente.
Se tiverem paciência para ouvir-nos,
Havemos de lutar pra corrigir-nos. (*Sai.*)

Assim o poeta e dramaturgo inicia a história de dois jovens amantes que, nascidos membros de famílias inimigas, suicidam-se com veneno no desfecho malfadado de um romance proibido e que incita violência não só no âmbito mais privado de suas respectivas casas, como também no âmbito público das ruas da cidade, no meio dos cidadãos de Verona, a maioria dos quais não tem parentesco nem com Montéquios (os de Romeu) nem com Capuletos (os de Julieta). É vítima dessa violência a personagem Mercúcio, amigo de Romeu, que morre pelas mãos de Teobaldo, primo de Julieta, após uma troca verbal de ofensas que aludem a dores tomadas de outrem e não a uma desavença pessoal e direta entre os dois. De modo similar, já na Cena I do Ato I, criados da casa dos Capuletos entram em conflito com criados da casa dos Montéquios³ na via pública sem outro e maior motivo do que o simples fato da existência de uma rixa entre clãs, sobre a qual, aliás, nada sabemos: Shakespeare não explica as origens da rivalidade nem comenta há quanto tempo ela existe. Pode que o “velho rancor” venha da geração imediatamente anterior à dos amantes, pode que venha de incontáveis gerações pregressas.

Dessa forma, tem-se que o mencionado confronto entre os servos das casas de Romeu e de Julieta (bem como tantos outros confrontos que ocorrem ao longo da peça) se dá pelo que carregam os nomes, pelo político intrínseco a eles. Então, que há num nome? Presumivelmente, há num nome tudo aquilo que ele significa; será, pois, que o nome muda a rosa? São estas as questões a que nos dedicaremos após a seção de fundamentação teórica, a seguir.

2. ENTRAM OS CIDADÃOS, ETC. / ALGUÉM MURMURA AO SEU OUVIDO

Nosso artigo assume pressupostos materialistas que, da enunciação ao discurso, levam a um adensamento teórico que enriquece nossa compreensão da materialidade do nome. Fundamentarão nosso exame do nome em *Romeu e Julieta* certas elaborações de Pêcheux ([1975] 1995) relacionadas a sentido, sujeito e ideologia. Buscaremos, a partir daí, dentro dos limites e das possibilidades teóricas, conciliar tais elaborações com conceitos de espaço de enunciação e cenas enunciativas segundo propostos por Guimarães (2002). Também serão levadas em conta as reflexões de Orlandi (1990) sobre como se constitui e de que modo produz sentidos o discurso de amor. Apresentaremos, posteriormente, a noção de historicidade do enunciado conforme explicitada por Orlandi (ibid.) e Guimarães (1989). Por último, explicaremos a formulação de partilha do sensível de Rancière (2000), e os conceitos de nomeação e de designação de Guimarães (2002).

³ De maneira interessante, ao perceberem o que se passa, os Cidadãos dizem: “Com cacetetes e facões, ataquem! Batam neles! / Abaixo os Capuletos! Abaixo os Montéquios!”, ficando clara a opinião geral dos habitantes da cidade em relação à contenda.

Começamos dizendo que na Análise de Discurso (AD) pecheutiana os sujeitos e os sentidos se constituem simultaneamente, em outras palavras, não há evidência espontânea do sujeito, assim como não há evidência espontânea do sentido. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, afirma Pêcheux, e a evidência tanto do sujeito quanto do sentido constitui um efeito ideológico no qual “o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjettivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” ([1975] 1995, p. 152-3).

Nesse intento, ideologia não é sinônimo de visão de mundo ou de um conjunto de ideias que é imposto à sociedade em determinado momento da história, afetando os sujeitos – longe disso, ideologia é um mecanismo que simula, por meio da ilusão de transparência da linguagem, a existência de um sentido pronto, único e contido nas palavras, como se elas significassem tudo sempre da mesma maneira para todas as pessoas⁴. Como pode o sentido do que dizemos e ouvimos parecer tão óbvio, então, se de fato não é?

Para responder a essa pergunta, é necessário notar que para Pêcheux a ideologia é materializada no discurso. O autor afirma, baseado em Althusser, que “não há discurso sem sujeito, assim como não há sujeito sem ideologia” ([1975] 1995, p. 153). Assim, o sujeito que investigamos não é empírico, e sim uma posição projetada no discurso. Olhamos, desse modo, para o sujeito do discurso, e temos por definição de discurso algo que não se restringe a um momento de fala nem à mera transmissão de informação: o discurso é definido como “efeito de sentido entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Isso vai contra a proposição de que o sujeito possui o domínio dos sentidos presentes naquilo que diz. Segundo Pêcheux, tais efeitos de sentido não representam a intencionalidade dos sujeitos – são construídos de acordo com as condições sócio-histórico-ideológicas e afetam os interlocutores do discurso. É essencial para o analista, portanto, levar em conta os contextos social, histórico e ideológico de produção do discurso, pois são o que “traz para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições” (ORLANDI, [1999] 2007, p. 31).

Trilhando esse caminho, Guimarães (2002, p. 5) toma a linguagem como não-transparente e considera que sua relação com o real é histórica. O autor, assim como

⁴ Cumpre aqui mencionar, quanto à ilusão de transparência da linguagem, a afirmação do semanticista Michel Bréal de que a linguagem designa as coisas de maneira incompleta e inexata, e o nome não significa a coisa que nomeia como um todo (1897, p. 191-2). É pertinente mencionar também a reflexão sobre o mesmo tema que encontramos no trabalho de Sapir de 1921, em tradução de Joaquim Mattoso Camara Jr.: “Esta simplificação preliminar da experiência é, no fundo, a que apresentam um grande número de elementos lingüísticos; a saber, os chamados nomes próprios, nomes de animais e coisas individuais. É, em última análise, o tipo de simplificação que a história e a arte pressupõem ou têm por escopo. *Mas não podemos contentar-nos com essa medida de redução na infinidade da experiência humana.* Temos de ir ao âmago das coisas e amalgamar massas inteiras de experiências, até certo ponto tão semelhantes que nos permitam – *grosseira mas convenientemente* – tratá-las como idênticas. Considera-se que esta casa, e mais aquela, e mais milhares de fenômenos análogos oferecem suficientes traços comuns, *apesar de grandes e óbvias diferenças de detalhe*, e classifica-se a todos debaixo de um mesmo título. Em outros termos, o elemento lingüístico ‘casa’ é o símbolo inicial e final, não de uma percepção isolada, ou sequer da noção de uma coisa particular, mas de um ‘conceito’, isto é, de uma cômoda cápsula de pensamento, que contém milhares de experiências distintas e é capaz de absorver milhares de outras mais. Se cada elemento lingüístico significativo é o símbolo de um conceito, o desenrolar da nossa fala pode ser interpretado como a apresentação de certas relações estabelecidas entre esses conceitos” ([1921] 1969, p. 17-8, *itálicos nossos*).

Orlandi (1990, p. 35)⁵, assume a visão materialista do “político” que o formula como “relação de confronto” e vê, no espaço de enunciação, um espaço político. Para ele, o conceito de espaço de enunciação se define como segue:

Os espaços de enunciação são espaços que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

Por outro lado, o autor considera também a formulação de Rancière ([1993] 1994)⁶ que define a política como “desentendimento” e possibilita apresentar a questão nos termos de uma abordagem enunciativa (GUIMARÃES, 2014, p. 51), mantendo o sentido do político como confronto. Dessa maneira, conclui, o político é

a contradição que instala o conflito no centro do dizer. Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

Explica o teórico que dentro dos espaços de enunciação estão as cenas enunciativas, que se caracterizam “por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (2002, p. 23). Estas são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala” – não são pessoas, mas “lugares constituídos pelos dizeres” (ibid.). Em relação a agenciamento enunciativo na concepção de Guimarães, veremos na seção de análise um desenvolvimento do autor específico para enunciados vocativos, muito útil para nosso artigo considerada a natureza dos dizeres de Julieta, que conheceremos quando da apresentação do corpus.

Sendo objeto de nossa análise o recorte de um discurso de amor, passemos, então, ao tratamento dado por Orlandi (1990, p. 76) à contradição inscrita na materialidade desse discurso. Ao buscar compreender o modo pelo qual ele produz sentidos, a autora observa que “o discurso de amor toca o impossível e a condição de sua realização é a contradição. Na contradição, ele significa”. Nesse discurso específico, afirma, “a contradição não é apenas um princípio geral, como o é para os discursos em geral, mas um modo de significar”. Verificaremos nas falas de Julieta essa contradição que toca o impossível, e implora para que se desfaça algo que não se pode desfazer.

Para além, pensando o discurso de amor como prática simbólica, no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente, Orlandi aponta a historicidade mesma dele,

ou seja, o processo pelo qual o seu modo de inscrição histórica o configura como discurso de amor. Não é a exterioridade-fora mas aquela tecida na própria materialidade textual que nos ocupa, pois é assim que a análise de discurso suprime o “extra-discursivo” como tal para fazê-lo intervir nas próprias condições de possibilidade da constituição do discurso (ORLANDI, 1990, p. 76).

Da mesma forma, Guimarães (1989, p. 76) comenta que a historicidade do enunciado “é a condição necessária e suficiente da constituição dos signos e por conseguinte da língua”, e somente assim é que os enunciados são linguagem e não parte de uma situação no mundo. Desse modo o autor define a língua “como uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente” (ibid.).

⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

⁶ RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. Campinas: Pontes; Educ, 1994 [1993].

Adiante, é tendo em conta essa historicidade do enunciado e “pensando a construção social da língua na relação constitutiva com processos ideológicos que inscrevem o sujeito na linguagem e nas relações sociais que podemos compreender a materialidade do nome” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2020)⁷. Daí podemos pensar a nomeação em seu caráter político de divisão do real, retomando Guimarães (2002), ou de partilha do sensível, na formulação de Rancière (2000), sendo esta última o “sistema de evidências sensíveis que dá visibilidade ao mesmo tempo à existência de um comum partilhado e às divisões [découpages] que nele definem os lugares e as partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa então ao mesmo tempo um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2000, p. 12)⁸. Aqueles que tomam parte, esclarece o autor, são os que podem fazê-lo em função da atividade que exercem, do tempo e do espaço em que a exercem – ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Dessarte, a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum, e na base do comum está um certo regime da política, “um regime de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições de palavra, de desregulação das partilhas do espaço e do tempo” (RANCIÈRE, [2000] 2009, p. 18)⁹.

Há, em Rancière, um “princípio de re-partição política da experiência comum” (ibid., p. 24), e uma indicação de que a história da política estética deve levar em conta a maneira como as grandes formas de arte (“como o teatro, o romance, ou o coro”) se confundem. O filósofo entende estética num sentido kantiano “como o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir” (ibid., p. 16, itálicos do autor), e explica:

É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (RANCIÈRE, [2000] 2009, p. 16-7).

A esta altura, devemos notar que olharemos para o nosso trecho selecionado de Shakespeare nos concentrando no político que há em torno das personagens que habitam o mundo de *Romeu e Julieta*, o mundo criado pelo autor da peça; sendo assim, o espaço e o tempo observados serão aqueles intrínsecos a esse mundo. Aqui, cabe um rápido esclarecimento sobre que mundo seria este, e sobre como entendemos ser possível falar

⁷ Elaboração de Sheila Elias de Oliveira em anotações de curso (janeiro de 2020, Universidade Estadual de Campinas).

⁸ Utilizamos, para este trecho do texto original de Rancière, publicado em 2000 pela La Fabrique Éditions, a tradução livre de Sheila Elias de Oliveira para português em lugar da tradução de Mônica Costa Neto publicada em 2009 no Brasil pela Editora 34, pelo seguinte: a tradução de Costa Neto passa o francês “découpages” para português como “recortes” em vez de “divisões”. “Recortes”, conquanto uma tradução possível de “découpages”, não parece, em nossa opinião, expressar com tanto acerto aquilo que consta do trecho original de Rancière em francês, que transcrevemos a seguir: “J’appelle partage du sensible ce système d’évidences sensibles qui donne à voir en même temps l’existence d’un commun et les découpages qui y définissent les places et les parts respectives. Un partage du sensible fixe donc en même temps un commun partagé et des parts exclusives” (2000, p. 12). Assim, a tradução de Elias de Oliveira, à parte nos parecer mais fiel ao original, possibilita-nos construir mais diretamente o argumento ligado ao poder pensar a nomeação em seu caráter político de divisão do real, retomando Guimarães (2002). De qualquer maneira, para fins de comparação, segue o trecho conforme traduzido por Costa Neto: “Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, e ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas” ([2000] 2009, p. 15, itálicos da tradutora).

⁹ Edição em português da obra de Rancière que fora publicada originalmente em 2000. A tradução contida na edição de 2009, publicada pela Editora 34, é de Mônica Costa Neto, conforme já mencionado em nota anterior.

em historicidade de enunciados de personagens ficcionais. Atendendo a que evidentemente nenhum texto, ficcional ou não-ficcional, pode ser produzido num vácuo, ao contemplar um recorte da peça *Romeu e Julieta* não estamos pressupondo haver nela uma historicidade que se constrói através de um ato individual de seu autor. Talvez o fato em si da escritura de uma peça teatral, ou outro texto ficcional, se construa por meio de um ato individual de um autor, porém, não é isto o que nos interessa ponderar neste momento. Sabemos que Shakespeare escreveu a peça em tela no final do século XVI na Inglaterra, muito provavelmente em Londres, e sabemos que ele era inglês. Alguém poderia, da perspectiva da AD francesa, e com estas informações, desenvolver um trabalho sobre como o texto da peça circula sócio-historicamente, por exemplo, mas também não é este o objeto do presente artigo.

Como, então, valer-se da AD para analisar o discurso contido num texto ficcional? A palavra-chave aqui é “contido”. Observe-se que o texto ficcional *contém* um discurso¹⁰, *contém* dizeres – em nosso caso, o recorte do texto ficcional que nos propusemos a analisar contém dizeres de personagens, que são apresentadas ao leitor ao longo da narrativa. Consideremos o seguinte: o autor que cria uma narrativa existe, ele próprio, num certo tempo e espaço. Se nós, que escrevemos este artigo, decidíssemos criar um conto sobre alienígenas passado em Vênus no ano de 2070, ao fazê-lo não seria possível divorciar-nos do mundo em que habitamos em 2022, do nosso tempo e espaço. É dessa forma que empreendemos nossa análise do texto shakespeariano sem pressupor que o mundo da peça, criado pelo dramaturgo, tem (ou pode ter) uma historicidade toda própria – o fato inexorável é que o autor só faz o que pode, e nenhum autor pode remover-se do próprio tempo e espaço para daí criar um texto ficcional.

Se a historicidade presente no interior do texto ficcional é a historicidade mesma em torno dele, e se não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, sendo o sujeito investigado pela AD francesa uma entidade não-empírica e que é, na verdade, uma posição projetada no discurso, talvez caiba aventar que as personagens presentes num texto ficcional sejam espargimentos de um sujeito não-empírico, ou ainda desdobramentos de uma posição “inicial” projetada no discurso, que nasce do real e de algum modo se ramifica. Alguém poderia argumentar que uma personagem de um texto ficcional em tese “não existe”, uma vez que é ficcional. No entanto, tal personagem existe por certo, já que existe dentro do texto de ficção. Ela não só existe, como também provém do real, não se cria num vácuo, assim como nenhum texto pode ser produzido num vácuo. Nesse intento, se pudermos tomar personagens como, por falta de outro termo, “sujeitos ficcionais”, espargimentos que provêm do real, poderemos tratá-las como interlocutores que enunciam no texto ficcional – são interlocutores criados por um autor e que enunciam no âmbito da narrativa; as condições sócio-histórico-ideológicas em torno deles são as mesmas que cercam o próprio texto ficcional. Havendo isto, há contradição discursiva, no sentido daquilo que constitui o real da história.

Surge, nesse comenos, a pergunta: como analisar um texto ficcional à luz de teorias que levam em conta o inconsciente e a ideologia como constitutivos do

¹⁰ Entendemos que o discurso e.g. da personagem Julieta em *Romeu e Julieta* é o discurso de Julieta; o discurso da personagem Romeu é o discurso de Romeu; aquilo que se poderia talvez chamar de “discurso do narrador” no texto de ficção (não confundir com “discurso da narrativa”, em suas diversas formulações) é ainda outra coisa – o que importa para nós, e que estamos assumindo aqui, é que todo e qualquer discurso encontrado nas páginas de uma obra de ficção *não* pode ser produzido num vácuo sócio-histórico-ideológico (referir-se ao corpo do texto do artigo para mais explicações). Em paralelo, interessante notar que no texto teatral há, para além de falas de personagens, somente rubricas, indicações dos nomes das personagens às quais pertence cada fala, e numerações/nomes de cena e/ou atos – alguém poderia aventar que nestes é que estaria, ou estes é que seriam, o “discurso do narrador” em se tratando desse tipo de texto ficcional; não nos interessa, contudo, versar sobre isso neste artigo.

funcionamento material da linguagem, falando-se de “inconsciente” e de “ideologia” em análises de elementos internos (tais como dizeres de personagens) de textos ficcionais? Consideremos: se é possível falar de ideologia e de inconsciente como determinantes de um sujeito-autor de um texto de ficção, por exemplo, pode que seja lícito falar de ideologia e de inconsciente em relação a personagens ficcionais. Explicando, pensemos que não é somente que um sujeito é determinado pela ideologia e pelo inconsciente, ele é também por ambos *delimitado* – as estruturas-funcionamentos designadas como “ideologia” e “inconsciente” são, em si, finitas e (de)limitadas conforme subordinadas a um dado tempo e espaço; o que se gera a partir delas é que é potencialmente infinito (narrativas, personagens, dizeres de personagens). Em suma, se ponderarmos que tudo o que está na página se dá dentro dos limites do que pode o autor, e o autor sempre faz só o que pode, nunca o que não pode (como e.g. remover-se do próprio tempo e espaço para daí criar um texto ficcional), sendo o sujeito-autor determinado e delimitado pela ideologia e pelo inconsciente, não é possível que as personagens por ele criadas possam existir fora dos mesmos limiares de determinação e delimitação – a Julieta-personagem do texto original de Shakespeare é, e sempre será, uma mulher (ficcional) construída dentro daquilo que podia o autor.

Dessarte, entendemos que todo texto, ficcional ou não, é passível de análise sob a égide da AD francesa. Tendo em conta que o mundo de *Romeu e Julieta* criado por Shakespeare não pode ser absolutamente alheio ao mundo em que viveu o autor, aventamos ser possível pensar nas personagens existentes na peça como “sujeitos ficcionais” que enunciam dentro do texto de ficção, texto este que contém um discurso – tanto texto quanto discurso são produzidos sob certas condições, num certo tempo e espaço. Em outras palavras, fazemos nossa análise dos dizeres de Romeu e de Julieta contidos em tal texto tomando as personagens como sujeitos existentes dentro daquela narrativa escrita no final do século XVI, na Inglaterra, onde já se utilizava um sistema de prenomes (nomes de pessoa) e nomes (sobrenomes de família) atribuídos aos indivíduos ao nascer; onde conflitos se davam nas casas de família e também no espaço público; e onde os jovens amavam e as famílias (se) odiavam, como sempre foi e sempre será entre seres humanos.

Dito isso, e retomando Rancière, esclarecemos que não nos interessa, aqui, dedicar-nos ao exame da peça como inserida na estética formal do teatro; o que nos cumpre é, simplesmente, apreender o político e a partilha do sensível no nome dentro da obra. Cabe, para este fim, considerar as definições de nomeação e de designação conforme propostas por Guimarães (2002), as quais exporemos a seguir.

Sobre nome próprio de pessoa, o teórico escreve:

Pensar o nome próprio de pessoa nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único. Por outro lado se coloca a questão de que há uma relação particular: o nome único é nome de uma pessoa única. Ou seja, estamos na situação em que o nome está em relação com aqueles que falam, que são sujeito no dizer. Isto por si só ressignifica a questão da relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito. Um outro aspecto importante a considerar é que a relação de nome único/objeto único pode levar a uma hipótese de unicidade do nome (GUIMARÃES, 2002, p. 33).

Guimarães segue explicando que do ponto de vista morfossintático há nomeações que se formam a partir da combinação de dois tipos de nome, os nomes e os sobrenomes (existem ainda nomes de uma terceira classe, como *Júnior* e *Filho*). Ocorre que o nome próprio de pessoa, “que é apresentado como um nome único para uma pessoa única, é na verdade uma construção tal que um *sobrenome* determina um *nome*” (ibid., p. 34, itálicos do autor); por exemplo, Romeu Montéquio – a determinação do nome pelo sobrenome

diz que este Romeu é um Montéquio, é da família Montéquio. Em outros termos, o funcionamento do nome próprio de pessoa é construído por uma determinação. Tal relação de determinação especifica algo sobre o que se nomeia, e “estas relações são definições que determinam o modo de nomear alguém” (ibid.). Guimarães assinala que tudo isso leva a observar que “o nome próprio de pessoa é, em nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que já nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio” (ibid., p. 35).

Dado isso, o semanticista analisa, com exemplos, “as relações do funcionamento designativo do nome próprio com as enunciações de nomeação (nas quais um nome é atribuído a uma pessoa)” (ibid.) e toma, entre outros, dois aspectos, que mais nos interessam aqui: primeiro, o ato de dar nome à pessoa, na nossa sociedade, pelos pais; segundo, por que alguém foi nomeado. Comenta ainda que existe a busca de uma unicidade, um nome para uma única pessoa, e esta unicidade é, com efeito, “uma construção de relações linguísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto” (ibid.). Sendo o nome de pessoa uma construção com determinações de um certo tipo, a questão interessante, aponta Guimarães, é procurar saber o que significa essa construção de unicidade do nome próprio. Sua hipótese é de que a unicidade é “um efeito do nome próprio como processo de identificação social do que se nomeia”, o que “ganha contornos especiais e muito particulares no caso dos nomes próprios de pessoa porque neste caso o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito” (ibid., p. 36).

Vejamos os mencionados dois aspectos das relações do funcionamento designativo do nome próprio com as enunciações de nomeação, começando pelo primeiro: o ato de dar nome à pessoa, na nossa sociedade, pelos pais. Guimarães afirma que dar nome é uma obrigação dos pais pela lei, e dar nome a uma pessoa se faz do lugar da paternidade (locutor-pai) “que se configura como um lugar social bem caracterizado” (ibid.); os pais nomeiam como aqueles que escolhem, segundo querem, um nome. Dar nome “é, assim, identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade, é tomá-lo como sujeito” (ibid.). Note-se que para este artigo não importa qual a especificidade da lei no mundo da peça de Shakespeare – importa apenas que àquelas pessoas-personagens ficcionais são dados nomes, e, por seus nomes, identificam-se enquanto indivíduos para a sociedade de *Romeu e Julieta*, sendo tomadas como sujeitos.

O segundo aspecto para o qual nos interessa olhar, que diz respeito a por que alguém foi nomeado, envolve um processo de designação que se dá ao lado da nomeação dos pais, a partir da enunciação deles, mas de maneira um pouco distinta. O nome que é dado do lugar do pai “é alterado no processo da vida social em que o indivíduo está e acaba por se reduzir, modificar” (ibid., p. 38), e.g. de *Antonio Candido de Mello e Souza* para *Antonio Candido*, conforme exemplo do autor. Há, então, duas direções diferentes, uma na qual opera uma “individualização” e outra na qual opera a relação de família. No percurso cotidiano do funcionamento dos nomes “o processo de identificação estabelece uma relação muito particular entre o nome a que se chega e a pessoa. Assim o nome acaba por funcionar, a partir de uma história de enunciações, como um nome para a uma pessoa” (ibid.), e a memória

coloca uma relação *um pai/um filho/um nome*. Ou seja, a unicidade é um resultado da não unicidade de um nome para a mesma pessoa. É porque a nomeação de uma pessoa não é unívoca, ou seja, uma pessoa não tem no processo de sua vida social um único nome, que o nome próprio de pessoa acaba por mostrar-se como funcionando univocamente (GUIMARÃES, 2002, p. 39, itálicos do autor).

Com isso, Guimarães declara que o nome próprio funciona como único, embora não o seja: “a unicidade que se busca para o nome é efeito da identificação: *você é você e não é nenhum outro*” (ibid., p. 40, itálicos do autor).

Finalmente, ao elaborar o conceito de designação, o teórico nota o seguinte:

(...) as pessoas têm nelas algo que lhes é dado pelo processo da designação. Faz parte deste processo o fato de que o sujeito destas enunciações é sujeito enquanto fala de uma posição ideologicamente configurada pelo interdiscurso: posição de sujeito jurídico-liberal, ou religioso, ou administrativo, etc. **As pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida.** O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito (GUIMARÃES, 2002, p. 41, negritos nossos).

Ele conclui afirmando que “a unicidade do nome próprio de pessoa é uma construção da disparidade que acompanha seu funcionamento. O que ele refere hoje é o que uma nomeação passada (de um locutor-pai) nomeou. O que ele significa numa dada enunciação (com sua temporalidade) é toda sua história de nomeações, renomeações e referências realizadas (com suas temporalidades próprias)” (ibid., p. 42).

Levando tudo isso em conta, cabe enfatizar a relação própria que se estabelece em Shakespeare: os sobrenomes funcionam como nomes de família que identificam os indivíduos pertencentes a uma família; no caso da peça, que identificam os inimigos da família e, por extensão, esses indivíduos tomados enquanto parte da família. Paralelamente, há uma disparidade no funcionamento de “Romeu” e de “Julieta” sem os nomes de família, como nomes de amados um para o outro – por um momento é como se, para os dois jovens apaixonados, e entre eles, nada os cercasse dentro daquele mundo ficcional da peça (o universo logicamente estabelecido para os possuidores dos sobrenomes poderia, de alguma forma, desfazer-se e possibilitar a realização de um desejo censurado); como se fosse possível, para o futuro dos dois, nada haver ali além deles mesmos, os amantes. Essa disparidade mesma é o que provavelmente leva Julieta às suas reflexões no trecho da Cena II do Ato II de *Romeu e Julieta* que analisaremos a seguir.

3. NO POMAR DOS CAPULETOS

Passemos à apresentação e à análise de um trecho da Cena II do Ato II da peça *Romeu e Julieta*, no qual encontramos a pergunta e a afirmação cernes de nosso trabalho: “Que há num nome? Aquilo a que chamamos rosa / Teria o mesmo perfume se chamada por qualquer outro nome”.

JULIETA

Ó Romeu, Romeu! Para quê tens de ser Romeu?

Rejeita o teu pai e muda o teu nome;

Ou, se não quiseres mudar, jura que me amas,

E eu não serei mais Capuleto.

ROMEU

(*Para si.*) Devo ouvir mais, ou devo falar agora?

JULIETA

É só o teu nome que é meu inimigo;
Serias tu mesmo se não fosses Montéquio.
Que é Montéquio? Não é mão, nem pé,
Nem braço, nem rosto, nem qualquer outra parte
De um homem. Ó, sê outro nome!
Que há num nome? Aquilo a que chamamos rosa
Teria o mesmo perfume se chamada por qualquer outro nome;
Então Romeu seria, se não se chamasse Romeu,
Tão perfeito quanto é
Sem esse nome. Romeu, despe-te do teu nome,
E troca o teu nome, que nada tem a ver contigo,
Por todas as partes de mim.

ROMEU

Confio em tuas palavras:
Chama-me amor, e tal nome assumirei;
Daqui em diante nunca mais serei Romeu.

JULIETA

Quem és tu, que te escondes na escuridão
E escutas meus pensamentos secretos?

ROMEU

Por um nome
Não consigo dizer-te quem sou:
Odeio o meu nome, minha querida,
Porque meu nome é teu inimigo;
Se o tivesse escrito num papel o rasgaria.

JULIETA

Não ouvi sequer cem palavras
Saídas da tua boca, mas já reconheço a tua voz:
Não és Romeu e um Montéquio?

ROMEU

Não sou nenhuma dessas coisas, bela dama, se elas te desagradam.

Primeiramente, vale contemplar a ilusão empreendida no texto de que o nome não faz nada com o sujeito. Quando Julieta diz que “Romeu seria, se não se chamasse Romeu, / Tão perfeito quanto é / Sem esse nome”¹¹, é como se Romeu, a personagem, o sujeito, não fosse enquanto a riqueza da qual faz parte, como se não fosse enquanto aquele sujeito que pertence a uma família, a uma história, qual seja ela, de Montéquios na Verona de Shakespeare, criada pelo autor no fim do século XVI, na Inglaterra. Aqui, lembremos Pêcheux: não há evidência espontânea do sujeito; o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia; ideologia é um mecanismo que simula, por meio da ilusão de transparência da linguagem, a existência de um sentido pronto, único e contido nas palavras; a ideologia é materializada no discurso; o discurso é definido como efeito de sentido entre os pontos A e B; os efeitos de sentido são construídos de acordo com as condições sócio-histórico-ideológicas e afetam os interlocutores do discurso. Quais são, naquele mundo criado por Shakespeare, as condições sócio-histórico-ideológicas em torno dos interlocutores que

¹¹ “So Romeo would, were he not Romeo call'd, / Retain that dear perfection which he owes / Without that title”.

enunciam no trecho da peça, entendendo-se que esse mundo não existe de maneira solta, independente do mundo em que habitou o autor do texto?

Em síntese, há uma rixa entre famílias que se antagonizam numa cidade que sofre com as consequências de tal discórdia, e dessas famílias inimigas são filhos dois jovens que, pelo histórico de divergências entre suas casas, não podem estar juntos. De maneira objetiva, dizer que o nome não muda a rosa é o jeito da paixão de conseguir olhar para o outro e não ver o inimigo nomeado¹²; é o jeito de Julieta de olhar para Romeu e não ver o inimigo que é necessária e inevitavelmente parte integrante do clã que constitui, em si, e afinal, um corpo de adversários, de opositores à sua família. A despeito da paixão dos amantes, é a este clã, a esta história de hostilidade que pertence Romeu Montéquio, e, não fosse ele este nome, é possível que não transcorresse assim dentro da peça o trecho de cena o qual estamos analisando.

Paralelamente, notemos que em sua falsa solidão, ao alto, numa varanda no pomar dos Capuletos, Julieta agencia em alocutário Romeu, sem saber que, na verdade, o interpela (pois ele a ouve enquanto ela não o vê, e, logo depois, ele se mostra): “Ó Romeu, Romeu! Para quê tens de ser Romeu?”¹³, “Romeu, despe-te do teu nome”¹⁴. Tomando a reflexão de Guimarães (2016, p. 173) sobre enunciação vocativa, podemos dizer que a relação aí não é entre Locutor (L, no caso, Julieta) e Alocutário (AL, no caso, Romeu), mas entre um lugar social de locutor (l-x) e um lugar social de alocutário (al-x). O teórico nos explica: “a enunciação vocativa é um modo de agenciar *alguém* em alocutário” (ibid., *itálico do autor*), não sendo simplesmente uma forma de constituir um TU, já que *alguém* pode estar ausente, ou ser mais de uma pessoa. Ademais, esclarece-nos:

Isso significa que o processo de significação daquele designado (ou referido) pelo nome é parte do sentido do vocativo. Ou seja, a enunciação vocativa não é simplesmente a marcação do TU da cena enunciativa; é o modo de constituição de alguém como aquele (um lugar social) para quem se fala na cena. A história da constituição deste lugar significa no vocativo. Há, pois, na cena enunciativa, os elementos da constituição histórica do sentido da palavra que aparece como enunciação vocativa (GUIMARÃES, 2016, p. 173).

Se “um nome identifica, ele não classifica” (RANCIÈRE, 1994, p. 43)¹⁵, e o vocativo mostra como um nome tem um sentido identificador, continua Guimarães, temos o seguinte:

Os nomes significam não porque referem. Significam por identificar, produzir uma “partilha” [no sentido que o termo tem para Rancière] do mundo. E é a partir desta partilha que o vocativo funciona, e mais que isso, o vocativo pode afetar o próprio modo como a partilha se dá. Este é um modo muito específico de funcionamento do vocativo que está constitutivamente marcado pelo processo semântico histórico-político” (GUIMARÃES, 2016, p. 173-4).

E aí temos a contradição de Julieta: ao passo que ela afirma que o nome de Romeu nada tem a ver com ele (“E troca o teu nome, que nada tem a ver contigo”¹⁶), em seu próprio discurso há a expressão da proposição de que o nome é, de fato, o homem: “Ó, *sé*

¹² Interessante notar, em caráter meramente acessório, que existe no volume 5 do **Vocabulário português & latino** (1712-1728) de Rafael Bluteau o seguinte verbete: “*Nome*. Termo militar. He a palavra que de noite serve de sinal, *para se assegurar do inimigo* : perguntando a vigia, quem vive? o que quer entrar, ha de responder o nome, que se tem dado, até que no quarto d’alva se rompe o nome” (p. 740, *itálicos nossos*).

¹³ “O Romeo, Romeo! wherefore art thou Romeo?”.

¹⁴ “Romeo, doff thy name”.

¹⁵ Ver nota número 6 do presente artigo.

¹⁶ “And for that name which is no part of thee”, como na expressão que sobrevive no inglês contemporâneo: “I want no part of/in this”, “Não quero ter nada a ver com isso”.

outro nome!”¹⁷ (itálico nosso). O nome constitui o ser; é uma realidade inescapável a ponto de a jovem suplicar que o amado rejeite toda a sua gênese – a origem da carne, o nome de família, e o modo de partilha do comum (como o entende Rancière) produzido por esse nome: “Rejeita o teu pai e muda o teu nome”¹⁸. Ela segue: “Ou, se não quiseres mudar, jura que me amas, / E eu não serei mais Capuleto”¹⁹, e entrevemos pelo eterno presente-futuro-condicional do “quiseres” que o pedido parece demasiadamente grave à própria Julieta, que então oferece desfazer-se ela mesma do que a engendra.

Avançando, entre o afirmar que o nome não é o homem e o pedir ao homem para que seja outro nome, encontramos, no discurso de amor de Julieta, a contradição inscrita na materialidade dele conforme nos explica Orlandi (1990). Não é a exterioridade-fora, mas a exterioridade pertencente à materialidade textual; está na historicidade do enunciado²⁰, na designação do nome que identifica o objeto, o homem, Romeu. A condição da realização do discurso de amor de Julieta é a contradição, e, nela, o discurso significa – o desejo, aquilo que não pode ser. Mesmo que Romeu mudasse de nome não deixaria de ser tudo o que é, inclusive devido ao nome: Romeu nasce, é nomeado pelos pais, é nomeado pelo locutor-pai, configura-se nele uma posição de sujeito jurídico-liberal e um efeito de individuação. Romeu tem em si algo que lhe é dado pelo processo da designação, algo de que não pode se livrar.

Lembremos a observação de Guimarães: “A unicidade que se busca para o nome é efeito da identificação: *você é você e não é nenhum outro*” (2002, p. 40, itálicos do autor), no entanto, “As pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui, em certa medida. O sentido constitui o mundo que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito” (ibid., p. 41). Quando Julieta diz que “Então Romeu seria, se não se chamasse Romeu, / Tão perfeito quanto é / Sem esse nome”²¹; e “Serias tu mesmo se não fosses Montéquio”²², a perfeição não seria a mesma, e Romeu não seria o mesmo se não fosse, afinal, Montéquio.

Nessa conjuntura do nome atribuído e enunciado, nome significado política e historicamente, segundo define Guimarães, é impossível para os amantes exilarem-se do sensível partilhado no comum de sua experiência, entre si e entre eles e outros que os rodeiam. É a presença e a imanência do político, manifestado na rivalidade entre famílias, que leva à pergunta de Julieta: “Que há num nome?”. Leva também ao exercício feito pela personagem de pensar, para si, uma resolução, uma razão para a invalidação, ou ainda um dispositivo para a superação do conflito político que, para ela, é tanto exterior (no sentido de público) quanto interior (no sentido de privado), já que coloca um impeditivo à liberdade de amar. Em *Romeu e Julieta*, o conflito está entre os amantes e está, antes disso, naquela sociedade de Verona construída por Shakespeare, no mundo da peça²³. Aqueles que tomam parte no comum em que há o conflito são os sujeitos²⁴ que habitam a cidade no tempo e no espaço nos quais o comum se dá, ou seja, são os amigos, os inimigos, a família e os cidadãos de Verona em geral. Assim, o político que há no nome e a partilha do sensível que se dá nele e por ele atravessam as experiências da

¹⁷ “O, *be some other name!*” (itálico nosso).

¹⁸ “Deny thy father and refuse thy name”.

¹⁹ “Or, if thou wilt not, be but sworn my love, / And I'll no longer be a Capulet”.

²⁰ Ressaltamos que não estamos pressupondo haver na peça *Romeu e Julieta* uma historicidade que se constrói através de um ato individual de seu autor – assume-se que a historicidade do enunciado presente no interior do texto ficcional é a historicidade mesma em torno dele (referir-se à seção 2 deste artigo).

²¹ Ver nota número 11.

²² “Thou art thyself, though not a Montague”.

²³ Que não pode ser absolutamente alheio ao mundo em que viveu o autor.

²⁴ Ficcionalis.

miríade de personagens que aparecem em *Romeu e Julieta*, ainda que tenhamos elencado neste trabalho somente algumas delas.

Por fim, retomemos o que elucubra Julieta em voz alta: “Aquilo a que chamamos rosa / Teria o mesmo perfume se chamada por qualquer outro nome”. Surge, numa peça teatral de 1597, o conceito de etiqueta conforme o proporia Stuart Mill em 1843: “Um nome próprio nada mais é do que uma etiqueta vazia de sentido a qual ligamos em nossas mentes com a ideia do objeto”²⁵ (1843, p. 36-7, tradução nossa); em outras palavras, o nome é um rótulo vazio, afirma o historiador. Se nossa questão (e a questão de Julieta) fosse tomar o nome “Romeu” para então nos deparar com uma opacidade que esconde seu sentido etimológico, talvez a assunção de Stuart Mill se tornasse algo palatável²⁶. Todavia há o discurso, e no discurso há o nome.

4. SAEM TODOS

Concluimos, de maneira simples, sem muito mais, considerando o exposto neste artigo, que o nome muda, sim, a rosa. Ainda que chamado amor, ainda que chamado por qualquer outro nome, Romeu, tendo sido nomeado Romeu e designado um Montéquio ao nascer, se constituiria, irremediavelmente, parte da história hostil à qual pertence, como membro da família inimiga à de Julieta. A paixão entorpece o olhar, mas o político, a relação de confronto, persiste. E o comum partilhado no sensível entre aqueles que participam da contenda dos Montéquios e dos Capuletos espraia suas implicações para o âmbito geral da cidade e para a esfera da intimidade dos amantes, para aquilo que estes compartilham entre si – o amor malfadado. Por qualquer outro nome a tragédia não seria a mesma.

REFERÊNCIAS

- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1716. v. 5. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008429&bbm/5449#page/772/mode/2up>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- BRÉAL, Michel. *Essai de Sémantique (Science des Significations)*. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1897.
- GODOY ALCÁNTARA, D. José. *Ensayo histórico etimológico filológico sobre los apellidos castellanos*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1871.
- GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. In: _____. (Org.). *História e sentido da linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 40, p. 49-68, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264>. Acesso em: 10 fev. 2020.

²⁵ “A proper name is but an unmeaning mark which we connect in our minds with the idea of the object”.

²⁶ Outro historiador do século XIX, Godoy Alcántara, comenta o que segue sobre esvaziamento semântico do nome próprio e as possibilidades de se traçar sua etimologia, declarando que o que está ou supostamente deveria estar perdido jaz, potencialmente, ali: “Não sendo da natureza do homem aplicar às coisas sons que não causam nenhuma impressão na memória, nenhuma ideia na mente, pode-se afirmar que todos os nomes próprios foram, em sua origem, significativos. Pott, um dos mestres alemães da ciência das línguas, afirma com razão que do ponto de vista etimológico não existem nomes próprios, e que a distinção entre nomes próprios e comuns, que todas as gramáticas fazem em seus capítulos dedicados ao substantivo, evanesce perante a clareza da etimologia. Não há, assim, nome próprio que não tenha sido nome comum com sentido, um apelativo. Se o sentido foi perdido, nem por isso desapareceu, e pode ser encontrado novamente” (1871, p. 2, tradução nossa).

- GUIMARÃES, Eduardo. Vocativo: enunciação e história. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, Pouso Alegre, v. 13, p. 169-180, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/381.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Palavra de amor. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 75-95, jul./dez. 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007 [1999].
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995 [1975].
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso – AAD-69. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. *Le partage du sensible*. Paris: La Fabrique Editions, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Tradução de Mônica Costa Neto. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009 [2000].
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução e apêndice de Joaquim Mattoso Camara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1969 [1921].
- SHAKESPEARE, William. *Romeu e Julieta*. Tradução e introdução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 [1597].
- SHAKESPEARE, William. Romeo and Juliet. *The Complete Works of William Shakespeare at the Massachusetts Institute of Technology*. 2020. Disponível em: http://shakespeare.mit.edu/romeo_juliet/full.html. Consulta em: 7 jan. 2020.
- STUART MILL, John. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive*. London: Longman, Green & Co., 1843.

Anexo – *Romeo and Juliet*, Act II, Scene II. Capulet's orchard

JULIET

O Romeo, Romeo! wherefore art thou Romeo?
Deny thy father and refuse thy name;
Or, if thou wilt not, be but sworn my love,
And I'll no longer be a Capulet.

ROMEO

[Aside] Shall I hear more, or shall I speak at this?

JULIET

'Tis but thy name that is my enemy;
Thou art thyself, though not a Montague.
What's Montague? it is nor hand, nor foot,
Nor arm, nor face, nor any other part
Belonging to a man. O, be some other name!
What's in a name? that which we call a rose
By any other name would smell as sweet;
So Romeo would, were he not Romeo call'd,
Retain that dear perfection which he owes
Without that title. Romeo, doff thy name,
And for that name which is no part of thee
Take all myself.

ROMEO

I take thee at thy word:
Call me but love, and I'll be new baptized;
Henceforth I never will be Romeo.

JULIET

What man art thou that thus bescreen'd in night
So stumblest on my counsel?

ROMEO

By a name
I know not how to tell thee who I am:
My name, dear saint, is hateful to myself,
Because it is an enemy to thee;
Had I it written, I would tear the word.

JULIET

My ears have not yet drunk a hundred words
Of that tongue's utterance, yet I know the sound:
Art thou not Romeo and a Montague?

ROMEO

Neither, fair saint, if either thee dislike.

Fonte: *The Complete Works of William Shakespeare at the MIT* (2020).

Recebido: 19/2/2021

Aceito: 12/4/2022

Publicado: 7/6/2022